

# Superior Tribunal de Justiça

## EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.533 - RS (2019/0092006-0)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE** : CORINA SILVEIRA DA SILVA  
**ADVOGADOS** : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025  
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158  
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800  
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620  
**EMBARGADO** : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PROCURADORES** : CLÓVIS SÁ BRITO PINGRET - RS010257  
RODRIGO LO-IACONO FIGUEIRO E OUTRO(S) - RS073584

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Corina Silveira da Silva contra decisão que não conheceu do agravo em virtude da falta de combate a todos os fundamentos da inadmissão do recurso especial.

A embargante alega erro e omissão no *decisum*.

Afirma que, no julgamento dos EDcl no AREsp 1.409.020/RS, caso semelhante, houve juízo de retratação para se proceder à nova análise do agravo.

Sustenta ter atacado, de forma clara e específica, a decisão agravada, expondo que a jurisprudência do STJ afasta a prescrição quando ocorrido erro material no cálculo.

Impugnação da parte contrária às e-STJ, fls. 1.193/1.196.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Como descrito na decisão embargada (e-STJ, fls. 1.165/1.166):

O Tribunal *a quo* afirmou não haver negativa de prestação jurisdicional, descaber a assertiva de violação de súmula, a incidência do óbice da Súmula 7/STJ e a consonância do julgado com a jurisprudência do STJ. Com respeito a este último ponto, citou, dentre outros, os julgamentos proferidos no AgInt no REsp 1.436.490/RN (DJe 13/4/2018), no AgInt nos EDcl no AREsp 1.085.128/SP (DJe 19/4/2018) e no AgRg no AREsp 859.631/SP (DJe 8/6/2016).

A recorrente deixou de combater o argumento pertinente à consonância do acórdão impugnado com a jurisprudência desta Corte Superior.

Nesse sentido, incumbia-lhe apontar precedentes deste Tribunal contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão agravada, procedendo ao cotejo analítico entre eles, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior. Mas tal não ocorreu na espécie.

# Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração, segundo o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material. De nenhum desses vícios ressente-se o *decisum*.

Os questionamentos da parte, ao defender o desacerto da solução jurisdicional aplicada, na verdade, revelam sua discordância com o resultado do julgamento. Insurgência dessa natureza deve ser encaminhada por meio da via própria.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

